

>> Artigo

Vozes de coletivos de mulheres feministas na EJA do CAP UFRGS

Katiuci Pavei*

Luísa Koziniewski Todesco**

Resumo:

Este texto relata as atividades realizadas durante o Projeto de Extensão EJA Mulheres 2022, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAP/UFRGS). Os encontros, junto à comunidade escolar vinculada à Educação de Jovens e Adultos e ao público externo interessado, foram realizados por meio de rodas de conversa, oficinas e exposição. A ação foi promovida pela área de Sociologia, juntamente com diversos Coletivos de Mulheres Feministas. O objetivo era a apresentação de experiências (públicas e privadas) que demonstrassem às mulheres (e aos homens) participantes ser possível resistir à violência sexual e de gênero, ter acesso a direitos, construir trajetórias de estudos universitários, usufruir de políticas afirmativas antirracistas, exercer trabalho e geração de renda, promover iniciativas socioambientais e de sustentabilidade. Os resultados do processo revelam uma tomada de consciência coletiva a respeito de discursos e práticas que engendram discriminação e violência contra mulheres e populações LGBTQIA+.

Palavras-chave:

Educação de Jovens e Adultos. Mulher. Coletivos feministas. Violência de gênero.

Voices of women's and feminist collectives in the EJA of CAP UFRGS

Abstract: *This text reports the activities carried out during the EJA Mulheres 2022 Extension Project, at the Colégio de Aplicação at the Federal University of Rio Grande do Sul (CAP/UFRGS). The meetings, with the school community linked to Youth and Adult Education and the interested external public, were carried out through conversation circles, workshops and exhibition. The action was promoted by the Sociology area together with several Collectives of Women Feminists. The objective was to present experiences (public and private) that would demonstrate to the participating women (and men) that it is possible to resist sexual and gender-based violence, have access to rights, build university*

* Mestra em Educação, Licenciada e Bacharela em Ciências Sociais, professora de Sociologia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: katiuci.pavei@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5729-8133>.

** Licencianda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: luisatodescoufrgs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0106-1521>.

studies, take advantage of affirmative anti-racist policies, exercise work and income generation, promote socio-environmental and sustainability initiatives. The results of the process reveal a collective awareness of discourses and practices that engender discrimination and violence against women and LGBTQIA+ populations.

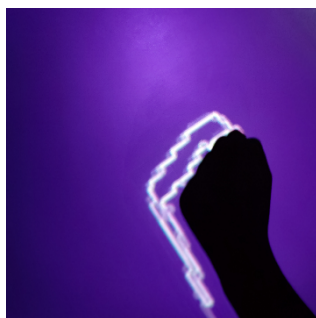
Keywords: Youth and Adult Education. Women. Feminist collectives. Gender violence.

Voces de colectivos de mujeres y feministas en la EJA de CAP UFRGS

Resumen: Este texto relata las actividades realizadas durante el Proyecto de Extensión EJA Mulheres 2022, en el Colégio de Aplicação de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (CAP/UFRGS). Los encuentros, con la comunidad escolar vinculada a la Educación de Jóvenes y Adultos y el público externo interesado, se realizaron a través de ruedas de conversación, talleres y exposición. La acción fue impulsada por el área de Sociología junto con varios Colectivos de Mujeres Feministas. El objetivo fue presentar experiencias (públicas y privadas) que demostraran a las mujeres (y hombres) participantes que es posible resistir la violencia sexual y de género, acceder a derechos, construir estudios universitarios, aprovechar la lucha afirmativa contra la políticas racistas, ejercer trabajo y generación de ingresos, promover iniciativas socioambientales y de sustentabilidad. Los resultados del proceso revelan una conciencia colectiva de los discursos y prácticas que generan discriminación y violencia contra las mujeres y las poblaciones LGBTQIA+.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Mujeres. Colectivos feministas. Violencia de género.

Figura1: Existência e Resistência Feminina



Fonte: Elaborada por Katiuci Pavei.¹

Convite a vozes de coletivos de mulheres e feministas

Conforme o Infográfico Visível e Invisível (2021), em 2019, 536 mulheres sofreram empurrão, chute ou batida a cada hora; nove mulheres por minuto foram tocadas ou agredidas fisicamente por motivos sexuais e três mulheres por minuto sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento. Dados do mesmo ano indicam que 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras (CERQUEIRA, 2021), demonstrando a interseccionalidade desse tipo de crime de feminicídio. A pandemia de Covid-19 aumentou ainda mais a exposição das mulheres à violência em razão de medidas como *lockdowns* e interrupções de serviços essenciais. Soma-se a isso o debate realizado acerca da posição do Brasil no *Atlas da Violência*

¹ Texto descritivo da imagem: Fotografia registrada por celular na qual consta um punho erguido de uma mulher na forma de sombra (silhueta preta) com projeção em um fundo roxo. Local: Museu da Língua Portuguesa, São Paulo, 2022.

(2020), visto que o país é o quinto, em uma lista de 84, com o maior número de homicídios de mulheres. A legislação brasileira (Lei Maria da Penha, Lei 11.340/06) é considerada uma das três mais avançadas do mundo, na qual constam as tipificações e punições para os agressores. Todavia, apesar do avanço legislativo, o Brasil ainda apresenta grandes desafios em relação à superação da violência contra as mulheres, estruturante da sociedade brasileira.

Marilena Chauí (2005) indica que a violência contra as mulheres resulta de uma ideologia que define a condição “feminina” como inferior à condição “masculina”. Nesse sentido, a autora entende violência como “[...] uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 03).

Já as autoras Cecília MacDowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005), apontam que a libertação da mulher depende de seu entendimento como sujeita autônoma e independente do homem, o que será alcançado através das práticas de conscientização feminista.

Enquanto Heleieth Saffioti vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. Segundo a autora,

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Assim, discutir a temática da violência contra a mulher é necessário para estudantes da Educação de Jovens e Adultos, uma vez que muitas de nossas educandas já foram vítimas ou conhecem outras mulheres que sofrem/sofreram com algum tipo de violência. Além disso, a maioria das estudantes é de cor/raça negra (pretas ou pardas), o que as torna, devido à sua negritude, ainda mais vulneráveis à violência, vivenciando diariamente a interseccionalidade da opressão – de raça, gênero e classe –, que estrutura socialmente o nosso país.

Conforme Kimberlé Crenshaw, estudiosa da teoria crítica da raça, interseccionalidade é

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O debate sobre tal problemática é essencial, tendo em vista que, através dele, podemos chegar à prevenção, à identificação de situações de violência, e aos caminhos para se procurar auxílio. A demanda de apresentar caminhos de resistência e de superação das múltiplas formas de opressão que vitimizam mulheres (cis, trans e travestis) nos motivou a entrarmos em contato com coletivos e movimentos sociais feministas, a saber: Associação Projeto Gradiva, Empresa Apoenia Socioambiental, Associação de mulheres recicladoras Sabor da Vitória (SDV), Coletivo Camélias/UFRGS, Grupo Direito Pra Todas (Faculdade de Direito/UFRGS) e Grupo G8-Generalizando – Serviço de Assistência e Assessoria Jurídica (SAJU/UFRGS).

Esta experiência pedagógica foi realizada entre maio e junho de 2022, junto à comunidade escolar vinculada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS) e ao público externo interessado.

A ação de extensão, intitulada *EJA Mulheres*, foi promovida pela área de Sociologia e é desdobramento do projeto anterior *Violência contra mulheres na EJA*, já relatado no volume 31, de 2018, do *Cadernos do Aplicação do CAP/UFRGS*.

Os encontros com estudantes, docentes, servidoras técnicas, representantes de responsáveis de alunos(as), graduandas internas e externas da instituição e público em geral foram realizados em quatro noites, nos quais se desenvolveram rodas de conversa, oficinas e exposição de arte. As atividades foram desenvolvidas nas dependências do próprio colégio (saguão, auditório, salas de aulas, biblioteca e corredores), mobilizando da estrutura escolar materiais como microfone, caixa de som, projetor, computador, tela, mesa para exposição, poltronas, cadeiras e cartazes. O número de participantes ouvintes girou em torno de cinquenta pessoas a cada noite.

A atividade visou, principalmente, a lançar informações sobre redes de acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violência e abordar práticas e políticas afirmativas antirracistas em trajetórias de estudos acadêmicos, como incentivo à continuidade de formação, depois da conclusão da EJA no colégio. Destaque foi dado também a estratégias de geração de renda e sustentabilidade, desenvolvidas por mulheres que tiveram histórico de violências, conseguiram se libertar de relacionamentos abusivos e que, em sua maioria, são mães de família monoparental, isto é, mães solo, que são unicamente responsáveis pelo sustento e cuidado das suas filhas e de seus filhos. Ademais, apresentaram-se também como finalidades da atividade: discutir as relações de poder imbricadas nas práticas sociais que marcam as relações (desiguais) de gênero; problematizar as representações sociais estereotipadas na mídia e artefatos culturais; tipificar as violências que vitimizam mulheres cis, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis e assexuadas, bem como suas origens e discursos justificadores e, por fim, debater sobre caminhos de resistência, em níveis macro (políticas públicas e movimentos sociais) e micro (práticas cotidianas).

A seguir, apresentamos tópicos sobre esses momentos de trocas e reflexões.

Encontros, trocas e reflexões

Nossas atividades iniciaram no dia 26 de maio, contando com a presença da artista e arte-educadora Célia Regina dos Santos, da Associação Projeto Gradiva, da Empresa Apoena Socioambiental e da Associação Sabor da Vitória. Os assuntos abordados giraram em torno, principalmente, de questões relacionadas às mulheres vítimas de violências, com ênfase na sua capacidade de superação. Além disso, temas relacionados à saúde mental e a projetos de apoio psicológico e psiquiátrico foram abordados, assim como projetos de geração de renda feminina por meio de reciclagem.

A abertura deu-se por meio do diálogo e da mediação da artista Célia Regina dos Santos² e sua exposição artística intitulada *Inquebráveis: Mulheres Indestrutíveis*. Célia explicou que os questionamentos que perpassam a vida das mulheres foram as motivações para sua obra: quantas quedas nos racham e quebram ao longo da vida? Quantas violências, perdas e mortes psíquicas nos atingem, e, no entanto, no dia seguinte, é necessário que continuemos a viver? Deste sentir psíquico nasceu uma série de retratos femininos em pratos de porcelana, quebrados e reconstruídos com fitas de ouro, por meio da *Kintsugi*, que é uma técnica japonesa e se relaciona com a filosofia *wabi-sabi*, a aceitação e valorização do imperfeito, da fissura, como uma característica singular. Nesse sentido, a obra representa os aprendizados e a capacidade de superação, que tornam cada mulher única, assim como cada peça da série.

Em seguida, o Projeto Gradiva, criado em outubro de 2019, também marcou presença. A associação caracteriza-se por ser um projeto social de atendimento clínico psicanalítico para mulheres em situação de violência, auxiliando no processo de reinserção dessas mulheres no laço

2 Célia Regina dos Santos (Instagram: @aquatica.mente).

social e na melhoria da qualidade de suas vidas. As vagas no projeto são destinadas a mulheres que, por condição socioeconômica, não têm acesso a tratamentos na esfera privada. Foram informados ao público os motivos pelos quais o atendimento psicanalítico a mulheres em situação de violência se faz necessário. No que tange a isso, foi debatido o que é considerado violência contra a mulher, a partir da definição da Organização Mundial da Saúde: “violência contra a mulher como todo ato de violência baseado no gênero que tem como resultado o dano físico, sexual, psicológico, incluindo ameaças, coerção e privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública, seja na vida privada” (OMS/OPAS, 2013). Nesse sentido, a convivência com alguns sintomas demarca estar em situação de violência, por exemplo: sentir insegurança na sua própria casa; ser obrigada a manter relações sexuais; ter seus objetos e documentos destruídos ou escondidos; ser ameaçada de agressão ou morte; ser desqualificada como mulher/mãe/profissional, entre outros. A associação também destacou algumas das consequências psicológicas e comportamentais da violência a partir de estudos que relatam o uso de álcool e drogas, depressão, ansiedade, tabagismo, comportamentos suicidas e autoflagelo, distúrbios na alimentação e no sono, baixa autoestima, fobias e síndrome do pânico. Para concluir, foram informados contatos em que é possível buscar ajuda em situações de violência, como o disque 180 (Central de Atendimento à Mulher). O CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher)³ e o próprio Projeto Gradiva⁴.

Na continuidade das atividades da noite, ocorreu a apresentação de duas iniciativas vinculadas à geração de renda feminina por meio da reciclagem de resíduos sólidos. A primeira, a Apoena Socioambiental⁵, é uma empresa de consultoria e treinamento em estratégias para sustentabilidade e inovação na área socioambiental, autogestionária e formada por mulheres. O principal objetivo da empresa é auxiliar no desenvolvimento de uma sociedade sustentável, através do engajamento de pessoas, com destaque à geração de renda de mulheres, empresas e poder público, integrando os conceitos sociais, ambientais e de governança. Através da fala feita pelas “apoenas” percebemos as dificuldades em torno da reciclagem no Brasil, uma vez que, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, o país recicla apenas 2,1% do total de resíduos coletados (SNIS, 2019). Foram debatidas com o público maneiras de alterar essa realidade, tais como: reduzir a quantidade de rejeito enviado às unidades de tratamento, incentivar as três separações de resíduos (recicláveis, orgânicos e rejeitos) e o incentivo à compostagem. Para encerrar a apresentação, uma participante da ATUT (Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem) contou sobre suas vivências e sobre o papel que a reciclagem exerceu em sua vida.

Finalizando a noite, contamos com a fala da SDV – Sabor da Vitória Reciclando⁶, grupo de mulheres chefes de família monoparental, que através dos resíduos sólidos criaram uma maneira de sustento familiar e de sustentabilidade. O grupo foi fundado em 2018 por duas estudantes da EJA do CAp: Paula e Stefani Guedes. Seu principal objetivo é dar oportunidade no mercado de trabalho para mulheres desempregadas e mães solo. Algumas participantes da SDV Reciclando contaram sobre suas trajetórias de vida, marcadas por diversos tipos de violências, até chegarem à associação. Durante a apresentação, o grupo conversou com o público sobre como é feita a coleta dos resíduos. Todavia, cabe mencionar que a SDV não realiza um trabalho de caráter apenas ambiental, mas, principalmente, social, visto que a associação ajuda a comunidade de diversas formas, incluindo o trabalho voluntário, campanhas solidárias, formação de biblioteca e horta pública, limpeza e organização do espaço público (praça), criação de moda sustentável, entre outros. São inúmeras as iniciativas do grupo que visam à melhora das condições socioeconômicas de pessoas em situação de vulnerabilidade. Atualmente, as participantes do coletivo estão em busca de uma área para

3 CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher [Telefone: (51) 3289-5110].

4 Gradiva [Telefone: (51) 99753-5368; Instagram: @projetogradiva; E-mail: gradivaprojeto@gmail.com].

5 Apoena Socioambiental [Telefone: (51) 99926-2307; E-mail: contato@apoenasocioambiental.com].

6 SDV_Sabor da Vitória Reciclando [Telefone: (51) 98955-7657; Instagram: @sdv_reciclando].

construir um galpão para a cooperativa e novos condomínios para atendimento. A renda familiar vem aumentando e, conseqüentemente, melhorando as condições de vida das mulheres participantes. O grupo já fez formação com a AVESOL (Associação do Voluntariado e da Solidariedade), e, hoje em dia, participa da MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis).

O segundo dia de encontros ocorreu em trinta de maio, com a participação do Coletivo Camélias⁷, que consiste na visita a espaços de educação formal e não formal para debates sobre o racismo estrutural, a autoestima e o autocuidado dos jovens. Além disso, o coletivo sugere formas de acesso e permanência de jovens negros na universidade pública, e, em específico, na UFRGS. O grupo também participa da construção de ações junto a outros coletivos militantes do movimento negro, como a construção da marcha Zumbi Dandara e o evento Atos Negros, realizado no Salão de Atos da UFRGS. Componentes do grupo, estudantes de Ciências Sociais da UFRGS, falaram sobre suas experiências como pessoas negras que ingressaram na universidade por meio de cotas, isto é, política afirmativa que visa a promover a diversidade e a pluralidade no contexto acadêmico. O grupo conversou com os participantes do Ciclo de Debates sobre as políticas de ingresso e de permanência de estudantes na instituição, políticas afirmativas essas que envolvem a Casa do Estudante, alimentação, apoio de material de estudos e as próprias cotas no vestibular. As cotas de entrada na universidade destinam-se a egressos de escolas públicas, entre eles, as pessoas de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências. Por fim, ressaltaram a importância da informação e do conhecimento sobre essas ações assistenciais da universidade e de que estar estudando numa universidade pública, gratuita e de qualidade é direito de cada um de nós.

Dando continuidade ao Projeto EJA Mulheres, a terceira noite de atividades contou com a presença do grupo Direito Pra Todas⁸, composto por estudantes da Faculdade de Direito da UFRGS, no dia dois de junho. O grupo oferece, em escolas públicas de Porto Alegre e da região metropolitana, oficinas que tratam de discussões sobre diversas formas de violência, como a doméstica, de gênero, contra a população LGBTQIA+ e sexual, bem como educação sexual e direitos das mulheres. No encontro com a EJA, a oficina foi dividida em dois blocos: um bloco com as mulheres e um bloco com os homens, já que algumas questões eram específicas de cada gênero. As mulheres presentes sentiram-se acolhidas por suas experiências e falas terem sido ouvidas com atenção pelo grupo e a vontade para abordar situações de violência vividas por elas ou por mulheres próximas. Já os homens, refletiram sobre várias questões que envolvem os relacionamentos, o cuidado, a atenção, o diálogo e as práticas ditas de masculinidade tóxica. Durante a apresentação do projeto, o grupo conversou com o público sobre as diversas formas de violação e pontuou que o cerceamento de liberdade e abusos estão presentes em relações diversas. O ciclo da violência foi um assunto essencial trazido pelo coletivo, ainda que cada situação de violência apresente diferentes faces e especificidades, há um padrão similar de comportamento e acontecimentos nelas todas. Esse padrão costuma se repetir, formando, assim, um ciclo. Há um escalonamento da intensidade e da frequência das agressões, que depende das circunstâncias da vida do casal. O grupo pontuou serem diversos os motivos que levam muitas vítimas a adiarem a denúncia, mas esse silêncio só reforça a impunidade para o agressor, que não se sente responsabilizado. Por fim, o grupo conversou com o público sobre como romper o ciclo da violência. Para isso, é necessário que a vítima reconheça os sinais da violência e suas diferentes formas. Esse é um processo complexo que envolve um profundo trabalho de reflexão que viabilize a mudança subjetiva da vítima. A partir da tomada de consciência, a vítima poderá receber ajuda profissional (jurídica, psicológica, assistencial) que lhe auxiliará na sua tomada de decisão.

7 Coletivo Camélias [Instagram: @cameliascoletivo].

8 Direito Pra Todas [Instagram: @direitoprattodas].

O encerramento das atividades ocorreu no dia nove de junho, com uma roda de conversa com o grupo G8-Generalizando⁹, vinculado ao SAJU (Serviço de Assistência e Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS)¹⁰. Esse grupo interdisciplinar é composto por estudantes dos cursos de graduação de Direito, Ciências Sociais, Serviço Social e Psicologia, sendo responsável por atender demandas relacionadas a direitos sexuais e de gênero. No encontro, foram provocadas reflexões sobre direitos sexuais e práticas discriminatórias que podem ocorrer em espaço escolar, bem como sugestões de mudanças tanto de pensamento como de práticas e da própria estrutura física no ambiente escolar, visando a uma maior inclusão, respeito e dignidade à população LGBTQIA+. Como é o caso de banheiros sem designação de gênero, sendo que, para tanto, faz-se necessária uma arquitetura que garanta segurança e privacidade a todas, a todos e a todes que os utilizam. Também foi abordado que as denúncias de crimes violentos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero ainda se mantêm quase que invisíveis às estatísticas oficiais, apesar de se saber por dados e notícias que atos de violência envolvendo minorias sociais estão cada vez mais elevados.

Como desdobramentos da proposta, foi organizado um painel físico, no qual foram fixados cartazes com orientações e canais de denúncia e apoio a mulheres vítimas de violência. Além disso, a biblioteca do colégio disponibilizou uma exposição com obras que tratavam diretamente dos assuntos abordados nos encontros, estimulando as e os estudantes a acessarem tais leituras.

Avaliação da atividade

Por meio do Projeto EJA Mulheres, edição 2022, buscou-se pontuar ser possível resistir à violência através do acesso a direitos e políticas públicas, acessar e permanecer na universidade, usufruir de políticas afirmativas antirracistas, exercer o trabalho e a geração de renda, e, por fim, promover iniciativas socioambientais e de sustentabilidade. Percebemos, tanto nos momentos de interação quanto nas respostas ao questionário de avaliação final, que a recepção e participação das e dos estudantes da EJA do CAp/UFRGS e dos(as) demais participantes indicaram acolhimento sobre as temáticas e experiências apresentadas, avaliando como positiva a iniciativa do projeto e a importância desse tipo de ação. Abaixo, destacamos alguns trechos das respostas de dois questionários realizados após as atividades, respondidos pelos participantes por adesão e sem identificação. As respostas foram descritivas e individuais.

Pergunta 1: O que você aprendeu no decorrer das atividades?

- Aprendi que podemos demonstrar nossos sentimentos em obras de arte.
- Aprendi que nenhuma mulher merece ser discriminada, maltratada e desrespeitada.
- Aprendi bastante sobre os contatos e possibilidades para as pessoas que sofrem com a violência contra a mulher.
- Aprendi que podemos denunciar. Dar e ajudar uma pessoa em situação de violência.
- Aprendi que para ter um relacionamento, precisa ter uma boa estrutura emocional, com muito diálogo.
- Aprendi mais sobre os pensamentos dos meus colegas [homens] a respeito, o que é interessante por conta da variedade de temas abordados no debate. Além disso, os dados apontados eram extremamente interessantes, considerando que a vasta quantidade de palestras e apresentações que recebemos a respeito.

Pergunta 2: O que você mais gostou nas atividades?

⁹ G8-Generalizando [Instagram: @g8generalizando; E-mail: g8generalizando@gmail.com].

¹⁰ SAJU – Serviço de Assistência e Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS [Instagram: @sajudaufrgs].

- Gostei da proposta da atividade, da representatividade que a mulher nos passa, e como são grandes guerreiras.
- Fiquei feliz dessa atividade mostrar o quanto a igualdade de gênero precisa acontecer.
- Achei o discurso encorajador. Considerando o tema relevante e pouco repercutido [sobre saúde mental de mulheres vítimas de violência].
- Gostei de receber pessoas mais próximas para falarem sobre o seu trabalho e suas histórias de superação e empreendedorismo. O que presumo ser um assunto gracioso para alunos do EJA.
- Gostei de saber que as associações são feitas por mulheres, mães de família que ajudam a comunidade.
- Gostei que teve bastante informação sobre assuntos das vidas das mulheres. O que elas passaram.
- Gostei de saber informações sobre a coleta de lixo de Porto Alegre e sobre as unidades de triagem.
- Gostei da roda de conversa, de saber direitos que eu não sabia que tinha se caso mais para frente, eu faça uma faculdade.
- O que mais gostei foi de ter as informações para acesso às cotas na universidade e a história das estudantes de Ciências Sociais UFRGS, que são todas negras na Universidade.
- A questão do ingresso e permanência em universidades me chamou bastante atenção e acho que seria legal de tratar mais os dados do assunto. Talvez também algo sobre a empregabilidade de pessoas socialmente fragilizadas poderia ser interessante.

Em suma, percebemos que os objetivos da atividade foram cumpridos, uma vez que os participantes não demonstraram resistência ao reconhecerem a dura realidade vivenciada pelas mulheres, especialmente negras e LGBTQIA+ no Brasil. A partir dos *feedbacks* dos participantes, constatamos que houve maior entendimento e sensibilidade acerca dos assuntos tratados. Assim, é perceptível a tomada de consciência dos estudantes e demais participantes, que viram nos coletivos femininos mecanismos de resistência e de mudança da sociedade.

Conclusão

Entre os inúmeros assuntos que trabalhamos na EJA do CAP/UFRGS, percebemos que alguns inquietam e preocupam mais o grupo de estudantes. Nesse caso, destacamos que a temática gênero tornou-se curricular e essencial no componente Sociologia, envolvendo as questões relacionadas às construções, aos fenômenos e às práticas sociais que engendram e estruturam relações, preconceitos, desigualdades, violências, organizações familiares, estudos, mundo do trabalho e interseccionalidades.

Entendemos, no decorrer das atividades, que as mulheres têm autonomia e poder para mudar papéis sociais há muito institucionalizados e a situação de violência na qual porventura se encontrem. Para isso, são necessárias práticas de conscientização feminista com o fito de fazer com que as mulheres se percebam enquanto sujeitos autônomos e independentes.

Ao convidarmos coletivos de mulheres que constroem movimentos de resistência para falar sobre suas experiências, visamos a demonstrar a importância da organização coletiva como forma de fazer a diferença. Como continuidade da proposta, pretendemos realizar novas edições da atividade, tanto em sala de aula, com plano de ensino, como na forma de ações de extensão, aprofundando as discussões por meio de leituras e debates, diversificando formas de intervenção no espaço escolar e lançando novos convites a mulheres, coletivos e agentes públicos. Já temos confirmada, para o próximo ano, a presença do GRITAM (Grupo Interdisciplinar de Trabalho e

Assessoria para Mulheres)¹¹ do SAJU/UFRGS, que presta gratuitamente atendimento e acompanhamento psicológico, social e jurídico às mulheres vítimas de violências.

Almejamos que a reflexão iniciada no nosso colégio transponha seus muros e incentive nas e nos participantes ações individuais e coletivas de prevenção e de enfrentamento às violências de gênero, bem como colabore com projetos que visem à ampliação da representatividade e da ocupação de espaços sociais por mulheres (na academia, no mundo do trabalho, na economia, na política).

Referências

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n 11.340 de 7 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 02 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos*, 2019. Brasília: SNS/MDR, 2020.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; PIMENTEL, Amanda; LAGRECA, Amanda; BARROS, Betina; LIMA, Renato Sérgio de. *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3. ed., 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 02 maio 2022.

CERQUEIRA, Daniel (coord.). *Atlas da Violência 2020*. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10214/1/AtlasViolencia2020.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CERQUEIRA, Daniel (coord.). *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 02 maio 2022.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 4, São Paulo: Zahar, 1985.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. OPAS/OMS. *Violência contra as mulheres*. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>>. Acesso em: 6 mar. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. *Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1408/viol%C3%Aancia_contra_as_mulheres.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

Data de submissão: 29/01/2023

Data de aceite: 01/06/2023

11 GRITAM_Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres [Instagram: @gritamsaju; E-mail: gritam.saju@gmail.com].